



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE	28. FEV. 1980	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Salgado Zenha acentua

É contrário à democracia que este Parlamento altere a Lei Eleitoral

«É manifestamente contrário aos princípios da lealdade democrática que este Parlamento, breve e^o intercalar, saldo de eleições intercalares, se proponha alterar a lei eleitoral com base na qual ganhou as eleições, a fim de impedir que a oposição possa ganhar amanhã» — declarou Salgado Zenha, líder do grupo parlamentar do PS, em entrevista publicada no «Acção Socialista», hoje posto à venda.

Na mesma entrevista, Salgado Zenha, depois de recordar que a reunião da Comissão Nacional do PS realizada no Porto, considerara encerrada a fase do «PS sozinho», e que favorecendo o sistema eleitoral português as coligações e alianças eleitorais afirmou: «seria absurdo que o PS se

apresentasse isolado às eleições. Seria um presente gratuito oferecido aos seus competidores.»

Depois de sublinhar que as eleições para a próxima Assembleia Nacional Pública; que terá lugar em 1980, e a revisão constitucional, e as eleições presidenciais que se seguirão pouco depois, serão decisivas para o futuro da democracia e do povo português, Salgado Zenha afirmou ser objectivo fundamental do PS deliberar uma aliança eleitoral capaz de vencer as próximas eleições:

«A AD que não é mais do que uma edição actualizada da velha «União Nacional», deverá ser derrotada por uma «Aliança Republicana Socialista», — declarou Salgado Zenha, que lembrou



Salgado Zenha: «Aliança Republicana Socialista» derrotará «União Nacional» da «AD»

que foi esse, aliás, «o nome da primeira frente política que se criou em Portugal nos anos 30 para combater a «União Nacional», sob o impulso de homens como Norton de Matos, Mendes Cabeçadas, Tito de Morais e Azevedo Gomes.

Os acordos a celebrar para alicerçar a «Aliança Republicana Socialista» deverão ter em vista garantir:

- a) a estabilidade da democracia constitucional;
- b) uma política de desenvolvimento assente na liberdade, na justiça social e na solidariedade nacional;
- c) uma revisão constitucional democrática;
- d) e um acordo, no momento oportuno, para as eleições presidenciais.»